

# Jogos cooperativos e a moralidade infantil: um olhar sobre as práticas morais na perspectiva docente

Eduardo Silva Benetti  
Jamily Soler do Nascimento Aguiar

**Como citar:** BENETTI, Eduardo Silva; AGUIAR, Jamily Soler do Nascimento. Jogos cooperativos e a moralidade infantil: um olhar sobre as práticas morais na perspectiva docente. *In:* BENETTI, Eduardo Silva; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael; LEPRE, Rita Melissa; LOPES, Lígia Serrano (org.). **Práticas Morais na Escola: a Construção da Autonomia Moral.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p. 69-91.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-585-8.p69-91>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Jogos cooperativos e a moralidade infantil: um olhar sobre as práticas morais na perspectiva docente

*Eduardo Silva BENETTI<sup>1</sup>*

*Jamily Soler do Nascimento AGUIAR<sup>2</sup>*

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, estudiosos buscam compreender o desenvolvimento da moralidade humana, diversos campos de estudo como Filosofia e Sociologia também buscam suas respostas para o tema, mas foi com Jean Piaget em “O Juízo Moral na Criança” (1932/1994) que nos foi apresentado um estudo empírico demonstrando como as crianças se desenvolvem moralmente.

Nesse sentido, Jean Piaget foi um grande expoente para a Psicologia Moral, pois seu livro até os dias atuais é base para outros tantos estudos no campo da moral, o que demonstra a sua importância. Contudo, a busca pelo conhecimento da gênese da moralidade não se encerra em Piaget, já que outros autores, como Vinha (2000), Brotto (2013), Buxarraís (2020), Lepre e Ferreira (2020), entre outros, que continuam suas pesquisas no campo da moralidade.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Psicologia pela Unesp – Assis. Mestre em Docência para Educação Básica – Unesp, Câmpus de Bauru, Membro do GEPEDEME - Professor de Educação Física e Pedagogo, Professor Recreacionista na Secretaria Municipal de Catanduva–SP. E-mail: eduardo.benetti@unesp.br,

<sup>2</sup> Pedagoga pela Unesp - Marília, professora do 4.º ano do Ensino Fundamental ciclo I no Colégio John Kennedy, em Cafelândia. Psicopedagoga Clínica e Institucional pelo Indep. Discente do curso de Psicologia pelo UniSALESIANO e membro do grupo de pesquisa GEPEDEME na UNESP de Bauru. E-mail: jamilyaguiar942@gmail.com.

Para além dos estudiosos e corroborando com os mesmos, não podemos desconsiderar a legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e seu artigo 29 que define que a Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança e considera todos os seus aspectos, ou seja, físico, psicológico, intelectual, social e acrescentamos aqui, moral, uma vez que este aspecto, por vezes, é deixado de lado para se dar maior atenção ao desenvolvimento cognitivo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) também traz, em suas competências gerais da Educação Básica, itens que vão alinhar o papel da educação e o desenvolvimento moral na escola. Contudo, foi Piaget (1994) quem primeiro afirmou que a escola se torna um excelente espaço para o exercício da moralidade, implicando, logicamente, na compreensão do desenvolvimento da criança e da sua moral, bem como da possibilidade de participar ativamente de situações que realmente possam exigir reflexões críticas e a tomada de consciência acerca do cotidiano escolar (Piaget, 1977).

Outro ponto importante é o papel do professor neste processo de descentração da criança, a qual é a capacidade de perceber o ponto de vista de outras pessoas, dessa forma, conseguindo refletir de forma crítica, envolvendo seus valores e pensamentos com aqueles externos a seu, fazendo parte da tomada de decisão sua. Nesse sentido, o professor, de forma intencional, pode atuar na construção de um ambiente moral, em que a criança se sinta parte das tomadas de decisões da sala, ouvindo e tendo a fala acolhida, levando ao coletivo sugestões e propostas a serem decididas cooperativamente. Através dessa construção cooperativa aluno/professor, se fomenta o respeito mútuo e, conseqüentemente, a autonomia das crianças.

Dessa forma, o presente trabalho busca apresentar um relato de experiência através da reaplicação adaptada do *e-book Jogos Morais* (Benetti, 2023) na Educação Infantil, com crianças da etapa obrigatória, ou seja, na faixa etária de 4 anos a 5 anos e 11 meses, conforme a BNCC (Brasil, 2018). E tem como objetivo observar se os mesmos resultados encontrados a partir de um novo contexto escolar.

A metodologia utilizada foi o método clínico piagetiano (Piaget, 2005) e a pesquisa descritiva (Gil, 2017) com a utilização de uma histo-

rieta moral, através da qual fizemos uma roda de conversa sobre o que foi apresentado, registrando as impressões e falas das crianças. Foram realizados um total de sete encontros ao longo de quatro semanas e adaptamos a sequência didática do *e-book* supracitado. O objetivo tem como respaldo a hipótese levantada na dissertação “Jogos Cooperativos e a Percepção da Justiça Retributiva em crianças da Educação Infantil”, a qual se tinha como hipótese o potencial dos jogos cooperativos na construção de valores morais e no desenvolvimento da moralidade infantil. Assim, o presente relato não visa a ação das crianças em si, mas sim, a percepção dos professores acerca do possível desenvolvimento moral e da construção de valores morais. Portanto, para que houvesse fidedignidade ao relato, registramos as impressões iniciais e finais dos professores sobre possíveis implicações positivas ou não da aplicação dos jogos cooperativos.

Através deste relato, conclui-se que a prática moral por meio de jogos cooperativos potencializa situações de cooperação, desenvolvimento de capacidade dialógica, sensação de pertencimento, bem como a construção de valores morais como generosidade, amizade e reciprocidade entre todos, possibilitando que os professores também revissem suas práticas para fomentar um ambiente sociomoral, em que o respeito mútuo prevaleça.

## **2 O JOGO PARA PIAGET**

O jogo é uma das manifestações mais antigas da cultura, talvez até anteceda mesmo a cultura em si (Huizinga, 2000). Neste sentido, é possível conjecturar que o jogo é uma atividade humana e através dele que o ser humano se ressignifica e dá significado às coisas que estão inseridas em seu meio (Huizinga, 2000).

No que tange à infância, é através do jogo e suas diversas manifestações culturais que a criança interage com o mundo, cria e recria novas formas de interagir, constrói novos conhecimentos e desenvolve os diversos aspectos de sua vida.

Assim como nós inventamos, criamos, transformamos e/ou reproduzimos uma infinidade de jogos e brincadeiras, também somos inventados, (re)criados, transformados por eles. Nesse sentido, o valor do jogo (assim como de outros elementos da cultura) para nossa aprendizagem e desenvolvimento é inestimável (Sommerhalder; Alves, 2011, p. 12).

Isso posto, é na Educação Infantil (EI) que os jogos são utilizados de forma mais efetiva e é através desta ação intencional que possibilita-se à criança interagir com diferentes elementos do mundo, incorporando-os culturalmente (Friedmann, 2012). É por meio dos jogos e da ludicidade na EI que a criança terá condições de desenvolver os aspectos cognitivos, motores, sociais, afetivos e morais (Benetti, 2023).

Nesse mesmo propósito, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) contribui a essa perspectiva da ludicidade inerente aos jogos quando define os eixos estruturantes da EI, ou seja, as interações e as brincadeiras, englobando os jogos em si.

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (Brasil, 2018, p. 37).

Dessa forma, o jogo se faz presente na vida da criança e é por ele que podemos compreender suas manifestações no meio. Para Piaget (1978), o jogo favorece o desenvolvimento dos esquemas mentais, sua socialização, de forma ativa, através de sua ação motora.

Piaget também traz importantes contribuições ao universo infantil ao pensar a estrutura dos jogos, sendo eles, o jogo de exercício, o jogo simbólico e o jogo de regras, sobre o qual nos deteremos brevemente em sua explicação.

Os jogos de exercício, na visão piagetiana, são aqueles jogos desprovidos de qualquer regra, imperando a ação motora do sujeito.

[...] não supõem qualquer técnica particular: simples exercícios, põem em ação um conjunto variado de condutas, mas sem modificar as respectivas estruturas, tal como se apresentam no estado de adaptação atual. Logo, somente a função diferencia esses jogos, que exercitam tais estruturas, por assim dizer, em vazio, sem outra finalidade que não o próprio fazer do funcionamento (Piaget, 1978, p. 144).

Para Piaget, à medida que a criança se desenvolve, passa para o jogo simbólico. “O jogo simbólico, dessa forma, acontece na possibilidade de evocar elementos que não existem naquele espaço, mas que estarão presentes no ato de jogar da criança” (Benetti, 2023, p. 21-22), ou seja, o jogo simbólico implica que haja representação mental de um objeto ausente, criando uma comparação entre o elemento dado e o imaginado (Piaget, 1978).

O próximo jogo que Piaget define é o chamado jogo de regras. Esse jogo permite situações de troca de informações a partir do diálogo e da aceitação de novos pontos de vista ao estabelecer as relações sociais (Maurício *et al.*, 2020).

Nos jogos de regras, há características de regras herdadas culturalmente, ou seja, regras que são invariáveis, mas há também as regras que podem ser modificadas pelo consenso do grupo, uma vez que “[...] o jogo de regras é a atividade do ser socializado” (Piaget, 1978, p.182).

Os jogos de regras contêm, como propriedades fundamentais de seu sistema, as duas características fundamentais de seu sistema, as duas características herdadas dos jogos anteriores. Neles, [...] a repetição dos jogos de exercício corresponde à regularidade, graças à qual esses jogos se constituem em formas democráticas de intercâmbio social entre crianças ou adultos. Regularidade porque o “como fazer do jogo” é sempre o mesmo, até que se modifiquem as regras. Na condição de invariante do sistema, pede consideração recíproca de todos os participantes do jogo, sendo a transgressão das regras uma falta grave, que perturba o sentido do jogo (Macedo, 1995, p. 8).

Dessa forma, o jogo de regras permite que todos possam posicionar-se ante uma regra e a possibilidade de mudá-la em prol do coletivo, ou ainda, questionando ações que violem o jogo. Nesse sentido, “o jogo de regras favorece a cooperação entre os indivíduos, ao permitir que o sujeito submeta suas ações às normas do grupo. É por meio da troca de pontos de vista com outras pessoas que ocorre progressiva descentração [...]” (Maurício *et al.*, 2020, p. 147-148).

O jogo de regras permite que o coletivo possa, a partir da compreensão das regras, refletir sobre determinadas situações existentes no decorrer do jogo e refletir, por meio da troca de pontos de vista, se são coerentes ou não, dessa forma, favorecendo essa descentração. Portanto, a partir dessa progressiva descentração, a criança passa a compreender novas perspectivas, pensar a partir de outros pontos de vista e autorregular suas ações.

A partir dessas reflexões acerca dos jogos na perspectiva piagetiana, refletiremos sobre os jogos cooperativos e seus impactos no desenvolvimento da criança.

## 2.1 JOGOS COOPERATIVOS

Tendo em vista a sociedade atual e a competitividade que está incutida em seu meio, seja na obtenção de melhores vagas no mercado de trabalho, seja no ambiente escolar e o favorecimento do individualismo acadêmico, refletiremos um pouco acerca dos jogos cooperativos e como podem influenciar no desenvolvimento dos mais diversos aspectos da criança.

Tal como foi posto, a sociedade impõe uma competitividade muito grande para a inserção no mercado de trabalho, essa imposição reverbera também na educação, muitas vezes fomentado pelo próprio professor, uma vez que ele já define quem é o mais hábil, mais capaz e esperto. Essa situação cria sensações de impotência e desestímulo ante aos outros, uma vez que compreendem que seus esforços podem ser inúteis, já que são menos capazes (Nerviz; Silva, Sanzovo, 2019).

Indo para uma direção oposta, temos a cooperação, esta por sua vez, não visa imprimir um vencedor em detrimento de perdedores, nem tampouco destaca quais são os mais hábeis, mas reúne em um grupo pessoas com diferentes capacidades e juntas, atuam em função de um objetivo comum. Portanto, “A cooperação, com efeito, é um método característico da sociedade que se constrói pela reciprocidade dos trabalhadores [...]” (Piaget, 1998, p.141), ou seja, a cooperação é pautada no desenvolvimento do respeito mútuo entre todos os envolvidos, conseqüentemente na assunção de diversos pontos de vista que colaboram para um senso comum coletivo. Ainda segundo o mesmo autor,

[...] a cooperação é condição do verdadeiro pensamento: no primeiro, trata-se do indivíduo renunciar a seus interesses próprios para pensar em função da realidade comum e, no segundo, o hábito de colocar-se do ponto de vista dos outros leva a inteligência a adotar a atitude, própria do espírito científico desde suas formas mais simples, que consiste em dissociar o real das ilusões antropocêntricas (Piaget, 1998, p. 142-143).

A partir do ato de deixar a competitividade e assumir uma conduta cooperativa, o grupo passa a utilizar a inteligência como forma de resolução de situações problemas, deixando de lado a ideia de ser melhor que o outro para serem melhores juntos em relação a um dado objetivo estabelecido.

Nesse sentido, os jogos cooperativos, segundo Piaget (1978), são atividades que enfatizam a cooperação e o trabalho em equipe, em oposição à competição. Mediante tais ações, é possível trabalhar com questões relacionadas à interação social na aprendizagem, a fim de incentivar os participantes a trabalharem juntos e alcançarem um objetivo comum.

O jogo cooperativo tem como característica a corresponsabilidade em desenvolver habilidades sociais e aprimorar as relações interpessoais (Brotto, 2013). Através do jogo cooperativo, podemos desenvolver valores morais, como a confiança, respeito mútuo e solidariedade.

Cooperação, confiança e respeito mútuo parecem ser um dos alicerces principais para a coevolução humana. No entanto, precisamos reaprendê-los praticando esses valores por meio de

nossos sentimentos, pensamentos, atitudes e relacionamentos cotidianos (Brotto, 2013, p. 56).

Portanto, é importante destacar que o jogo cooperativo não tem vencedor e perdedores, nem tampouco imposição de uma autoridade, há o cooperar no sentido mais lógico da palavra, ou seja, cooperar é trabalhar conjuntamente com o outro. Assim, “[...] a cooperação é um processo de relação interpessoal e, antes de mais nada, um fator que influencia o desenvolvimento social, moral e cognitivo[...].” (Araújo, 1996, p. 103).

Dessa forma, o jogo cooperativo exerce uma dupla função, que é o da ludicidade, do divertimento, bem como o desenvolvimento da moralidade e da construção de valores morais que implicarão nas ações dos seres humanos envolvidos. E quando pensamos na educação infantil, estamos convergindo ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), em seu artigo 29, que dispõe o seguinte:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).

Logo, a cooperação possibilita o desenvolvimento integral da criança, em especial, quando a escola possibilita um ambiente sociomoral em que a criança possa vivenciar experiências nas quais ela colocará sua moralidade em questão.

Embora os jogos cooperativos tenham como objetivo o trabalhar com o outro, de nada servirá se o professor não estiver alinhado a uma proposta pedagógica intencional que contemple tais aspectos, é necessário que os professores estejam engajados com a educação moral das crianças (DeVries; Zan, 1998).

Quando os professores estão engajados no desenvolvimento integral da criança, essas, por sua vez, tornam-se confiantes e dispostas agir e refletir,

já que não há um posicionamento de coação para com elas, possibilitando o desenvolvimento de admiração, carinho e respeito mútuo entre todos.

A confiança mútua é mais provável de ocorrer quando as pessoas são positivamente orientadas para o bem-estar do outro. E o desenvolvimento dessa orientação positiva é incentivada pela experiência da cooperação bem-sucedida. A cooperação exige confiança porque, quando alguém escolhe cooperar, conscientemente coloca seu destino parcialmente nas mãos dos outros (Orlick, 1989, p. 31).

Assim sendo, a prática com os jogos cooperativos, segundo Brotto (1997, 2013), intenciona promover a partilha, o encorajamento, a união e reforça a ideia de confiança em si e nos demais participantes, a fim de, posteriormente, desenvolver a autonomia moral. Tais posicionamentos podem levar à reflexão em relação à importância dos jogos cooperativos como proposta pedagógica, a fim de corroborar para que hábitos de socialização e cooperação ocorram desde a infância.

### **3 O DESENVOLVIMENTO MORAL NA CRIANÇA**

A sociedade é regida por leis que promulgam o bem comum, tais leis visam assegurar os direitos sociais e individuais e para Piaget (1994, p. 23), “Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”, assim, o indivíduo não deixa de seguir as regras, mas o faz sem que haja imposição ou coação para se fazer.

Piaget foi pioneiro ao elaborar sua pesquisa empírica retratada em seu livro “O Juízo Moral na Criança” (1994), pois descreve a compreensão da regra nos jogos de bolinha de gude e pique esconde. Foi através desse estudo que Piaget encontrou três estágios, sendo eles: a anomia, a heteronomia e a autonomia.

A anomia se dá até por volta dos dois anos até os quatro anos, em que não há normas ou regras, apenas regularidades espontâneas, não sendo sentidas pelas crianças como obrigatórias, ou seja, as regras derivadas da moral não estão associadas. São regras de conduta, por assim dizer (La Taille, 2006).

À medida que a criança passa a estabelecer as relações interindividuais com adultos significativos para elas, como pais ou professores, por exemplo, as normas passam a ser sentidas como obrigatórias, devido à relação de respeito e/ou temor da criança em relação a este adulto. Há, portanto, a moral da heteronomia, na qual a norma que dita à consciência do sujeito, se ele deve fazer algo ou não, provém da relação com o outro.

A criança no estágio da heteronomia “[...] está presa à regra por não conceber o princípio moral que lhe dá sentido” (La Taille, 2006, p. 98), ou seja, há um dever implícito em segui-la sem questionar. Destaca-se que Piaget também chamava a heteronomia de moral do dever, uma vez que é correto seguir as regras impostas por alguma figura de autoridade.

À moral de heteronomia e do dever puro corresponde, naturalmente, a noção de expiação para aquele cuja lei moral consiste, unicamente, em regras impostas pela vontade superior dos adultos dos mais velhos, é claro que a desobediência dos pequenos provoca a cólera dos grandes, e esta irritação se concretiza sob a forma de um sofrimento qualquer e “arbitrário” infligido ao culpado (Piaget, 1994, p. 176).

Nesse estágio, as crianças, quando indagadas sobre quais tipos de sanções seriam adequadas, tendem a ser rígidas, optando por castigos físicos. Cabe aqui uma reflexão, uma vez que o professor engajado com o desenvolvimento moral na Educação Infantil pode aproveitar para favorecer a reflexão das crianças em buscar formas mais justas de se restaurar as relações sociais, afastando as sanções expiatórias e buscando a reciprocidade como proposta.

Por volta dos oito, nove anos, em seu estudo sobre as regras do jogo, Piaget (1994) descobriu que a criança é capaz de seguir regras comuns as

de seus companheiros e que há uma correspondência evidente entre o momento que ela começa seguir efetivamente as regras ou mudá-las sem que isso seja desrespeitoso, ou seja,

[...] Ela deixa de aceitar automaticamente os valores estabelecidos pelos outros e começa a avaliar as ações, considerando o que é correto ou não e o efeito de suas ações sobre os outros, e deste modo, inicia a construção de um conjunto de normas próprias (Oliveira *et al.*, 2022, p. 371).

Dessa forma, a criança passa pela descentração, momento no qual ela passa a compreender novos pontos de vista e raciocinar de forma mais abrangente a partir dessas novas informações que lhe são postas. “Precisamente, o conceito de autonomia concebe que a pessoa é capaz de defender os seus próprios critérios sem ser influenciada pela opinião da maioria ou pela pressão daqueles que têm mais poder de um certo ponto de vista” (Buxarrais, 2020, p. 18).

Segundo Tognetta (2003, p. 31), “[...] só é capaz de coordenar pontos de vista aquele sujeito capaz de se descentrar, o que significa, de fato, um pensamento capaz de justapor-se a outro, de ir e vir, utilizando-se de um instrumento cognitivo, chamado reversibilidade”. Portanto, para que se possa alcançar a autonomia moral, o sujeito deve ter condições cognitivas para atingir o estágio de reversibilidade, que condiz com o operatório formal, na qual, a criança tem capacidade fazer deduções e trabalhar e elaborar hipóteses mais elaboradas a partir do pensamento lógico do abstrato (Piaget, 1990).

Dessa forma, é a partir das relações sociais, em especial as pautadas no respeito mútuo e na cooperação, que permitirão com que o sujeito possa avançar no desenvolvimento moral, conseqüentemente, atingir sua autonomia. E em se tratando de ambiente escolar, o professor tem fundamental importância, pois a partir de sua intencionalidade pedagógica, ele pode promover um ambiente sociomoral que favorecerá atitudes de cooperação e de respeito mútuo.

Feitas as considerações acerca do desenvolvimento moral na perspectiva piagetiana, passaremos ao relato de experiência.

#### 4 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente relato surgiu de um convite feito pela diretora da UE de uma Escola Municipal de Educação Infantil de uma cidade do interior paulista em que um dos autores trabalha. Tal fato se deu por haver aplicado uma Sequência Didática (SD) que futuramente viria a se tornar o Produto Educacional denominado “Jogos Morais”. Vale destacar que este produto é parte do processo de defesa do Mestrado Profissional em Docência para Educação Básica - FC - UNESP, do câmpus de Bauru–SP.

Devido aos bons resultados obtidos na época, surgiu a oportunidade pedagógica de reaplicar, de forma adaptada, ou seja, não seguimos nem a quantidade de atividades contida no *e-book*, nem a sequência apresentada no mesmo.

Foram convidadas duas salas da etapa obrigatória, uma com crianças de 4 anos e a outra, com crianças de 5 anos, cujas definições são, Pré-I e Pré-II. Para a aplicação, definimos um total de sete encontros, sendo dois por semana, excetuando a última.

Todos os encontros eram iniciados com uma roda de conversa, em que todos poderiam falar, depois partíamos para as atividades, retornando com a roda de conversa, momento em que eram retomadas algumas situações ocorridas durante o jogo para problematizar a discussão.

As atividades escolhidas foram: “Olha o tubarão”, “História da serpente”, “Me abraça 1 e 2”, “Ajuda-Ajuda”, “Ajuda-Ajuda Corrente”, “Jogo do Adivinha”, “Jogo dos Iguais” e “Casa/Terremoto”. Em todos os encontros, fizemos rodas de conversa para iniciar e finalizar as atividades. Todas foram retiradas do *e-book Jogos Morais*<sup>3</sup> (Benetti, 2023).

<sup>3</sup> <https://www.calameo.com/books/0071500595f5dd8a073b5>

No primeiro encontro, foi feita uma apresentação geral do que iríamos fazer durante o período de quatro semanas e convidamos as crianças a participarem. Todas aceitaram. Deixamos claro também, que a participação não seria obrigatória e que a qualquer momento, poderiam sair, observando também a rotina e espaços utilizados, de forma que não estivessem afastados da turma e nem sozinhos, garantindo assim o direito de escolha em participar e resguardando a segurança de cada criança. De início, apresentamos uma historieta moral para que pudéssemos ter uma compreensão maior sobre o que as crianças entendem respeito da temática e seus juízos. Ao final, retomamos a historieta.

A historieta moral que aborda a noção de justiça foi retirada do livro “O Juízo Moral na Criança” (1994), que se segue:

Um menino brincava em seu quarto, enquanto seu pai trabalhava na cidade. Depois de algum tempo, teve vontade de desenhar. Mas não tinha papel. Lembrou-se então que na escrivaninha de seu pai havia belas folhas brancas numa gaveta. Foi sorrateiramente procurá-las, encontrou-as e tirou todas. Quando o pai voltou, verificou que a gaveta estava em desordem e acabou por descobrir que haviam roubado o papel. Foi, logo em seguida, ao quarto do menino e viu no chão todas as folhas rabiscadas com lápis de cor. Então, muito zangado, deu uma boa surra no menino.

b) Eu vou contar agora uma história, que é quase a mesma, mas não totalmente (repetimo-la em traços gerais, salvo a última frase), pois, aqui acaba de outra maneira. O pai não o puniu. Explicou-lhe apenas que não estava certo. Disse-lhe: Quando vocês não está, quando vai à escola, se eu roubasse brinquedos de seu armário, você não gostaria. Então, quando eu não estiver, você não deve nunca mais roubar meu papel. Isso não me agrada. Não é bonito fazer isso. Agora, estes dois meninos, depois de alguns dias, brincavam cada um em seu jardim. Aquele que fora punido estava em seu próprio jardim e aquele que não fora punido também brincava em seu próprio jardim. Então, cada um encontrou um lápis de cor. Era o lápis de cor do pai deles. Lembraram-se imediatamente de que o pai dissera, ao meio-dia, que perdera o lápis de cor na rua e estava aborrecido, porque não poderia mais achá-lo. Pensaram então que, se escondessem o lápis de cor, ninguém saberia de nada e não haveria punição. Muito bem! Um dos dois guardou para si o lápis

de cor e o outro o levou ao pai. Adivinhe qual foi que o devolveu: será que foi aquele que fora bem punido devido ao papel ou aquele ao qual apenas foi explicado? (Piaget, 1994, p. 171).

Seguiremos para a abordagem metodológica utilizada.

## **5 METODOLOGIA**

O referido relato de experiência tem como base metodológica as pesquisas descritivas que são “[...] aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis [...]” (Gil, 2017, p. 42). Nesse sentido, tal enquadramento se dá através da hipótese de que uma proposta pedagógica intencional e sistematizada, baseada em jogos cooperativos, obterão os mesmos resultados encontrados na pesquisa de mestrado “Jogos Cooperativos e a percepção da Justiça Retributiva em crianças da Educação Infantil” (Benetti, 2023).

Para com as crianças, utilizamos o método clínico piagetiano (Piaget, 2005), que é um método elaborado por Piaget, na qual ele utiliza a observação, argumentação e contra-argumentação a partir das historietas morais. Esse método foi apresentado aos professores, de forma que pudessem também contribuir com seus pontos de vista acerca das atividades e ações das crianças.

A proposta deu-se inicialmente a partir de um convite da diretora da instituição de Educação Infantil, localizada na periferia de uma cidade do interior paulista, em que foram convidadas duas salas, sendo uma de crianças de 4 anos, com 18 alunos e a outra, com crianças de 5 anos, com 16 alunos, denominadas Pré-I e Pré-II, totalizando 34 alunos participantes.

A proposta foi incluída na rotina dos alunos a partir do primeiro encontro, havendo assim, concordância dos docentes e, principalmente, das crianças. Os encontros aconteceram duas vezes por semana, às terças e quartas-feiras, com duração média de 90 minutos, totalizando sete encontros ao longo de quatro semanas.

A coleta de dados se deu através do relato dos possíveis avanços no desenvolvimento moral das crianças, bem como na construção de valores morais universalmente desejáveis, a partir da perspectiva do professor.

As análises foram realizadas a partir do relato dos professores sobre as implicações pedagógicas do projeto, observando conteúdos como: socialização, construção de valores morais, expressões afetivas espontâneas, cooperação e resolução de conflitos de forma não violenta.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para a apresentação dos resultados e discussões, preservando a identidade dos professores, destacamos como Professor 1 o docente responsável pelas crianças de 4 anos e Professor 2 aquele responsável pelas crianças de 5 anos.

A primeira atividade após a roda de conversa e a utilização do método clínico piagetiano foi o jogo “Olha o Tubarão”, jogo esse que se utiliza diversos bambolês e é solicitado que a criança se desloque, ao sinal do professor, cada um deve entrar em um bambolê, em cada nova rodada, um bambolê é removido, obrigando que dividam espaço. Isso acontece até que sobre um só e todas as crianças cooperem para estarem dentro do bambolê. Durante a primeira impressão sobre os jogos cooperativos, o Professor 2 destaca que embora as crianças apresentem um raciocínio mais elaborado, ainda demonstram atitudes que divergem de suas respostas.

Observa-se nesta etapa que, os alunos da sala conseguem conceituar a cooperação e os jogos cooperativos como sendo em suas palavras: que um ajuda o outro, que é realizado em equipe, que todos ganham, que não tem perdedor, porém, eles apresentam ainda dificuldade de assimilar esses conceitos na prática, pois mostram características de competitividade em praticamente todas as tarefas nas brincadeiras e até mesmo do cotidiano, como, por exemplo, ao sentar-se à mesa do refeitório existe uma certa disputa pelos lugares mais à frente, ao recolher brinquedos ou objetos, um quer pegar e guardar mais que o outro (Professor 2).

Essa observação converge com os encontrados de Piaget, quando o autor destaca que somente a partir do pensamento reversível, permitindo que a criança saia do pensamento egocêntrico e assuma novos pontos de vista, conseqüentemente, reflita sobre estes (Tognetta, 2003).

Em relação à historieta, as crianças mais velhas respondiam de forma mais elaborada em relação aos mais novos, porém, apresentavam comportamentos mais inconstantes. Isso foi destacado também pelos Professores 1 e 2, convergindo em um mesmo ponto.

Já em nosso segundo encontro, a atividade foi a brincadeira cantada “História da Serpente” que tem como objetivo cantar a música *“Essa é a história da serpente, que desceu do morro para procurar um pedaço do seu rabo. Ei, você também, faz parte do meu rabão!”* e ao sinal do professor, a criança deve passar por baixo das pernas e segurar na camiseta do amigo, formando assim uma grande serpente. E a pedido das crianças, repetimos jogo do encontro anterior. Durante um dos jogos, foi percebido um conflito entre duas crianças, nesse momento, os retiramos e pedimos para que tentassem resolver o conflito de forma não violenta. Após alguns minutos, ambos retiraram as acusações e afirmaram que havia sido uma trombada e não agressão deliberada.

Nesse sentido, o Professor 1 destaca a construção de um ambiente mais amigável e cooperativo.

Foi estabelecida uma relação de confiança e parceria e também um clima descontraído, proporcionando o fortalecimento do grupo e a empatia entre eles (Professor 1).

Diversos estudos apontam que as relações sociais e o ambiente sociomoral saudáveis contribuem para o desenvolvimento moral das crianças (DeVries; Zan, 1998, Vinha; Tognetta, 2009). Tais estudos apontam para a necessidade de experiências e vivências que possam proporcionar reflexões críticas às crianças, “Aliás, é preciso que a criança possa ter experiências de vida social para aprender a viver em grupo e a escola é um local muito apropriado para essa vivência” (Vinha; Tognetta, 2009, p. 529).

Em nosso terceiro encontro, tivemos como proposta os jogos “Me Abraça 1” e “Me abraça 2”, sendo o primeiro um tipo de pega-pega em que para se salvar, precisa abraçar o amigo, quando se é pego, sai da brincadeira, o segundo é uma versão cooperativa, em que não há exclusão e sim alternância dos pegados. Esclarecemos que as crianças que não se sentissem confortáveis com o abraço, poderiam dar as mãos, respeitando assim o limite pessoal de cada aluno.

No primeiro momento, foi constatado aquilo que Piaget (1994) destacou como regra motora, em que a criança brinca sem a preocupação com as regras, mas após a primeira parte, destacaram que não é interessante ficar de fora e a dinâmica excludente da brincadeira. Já na versão cooperativa, houve uma maior presença do entendimento da regra.

O Professor 2 destacou a presença da afetividade na dinâmica comportamental das crianças e como isso influencia na acolhida de outros alunos que eventualmente estão desconfortáveis frente uma brincadeira ou regra desconhecida.

O que se mostra interessante é que eles estão aparentando mais afetividade nas atividades e brincadeiras desconhecidas e até mesmo maior frequência de acolhimento de alunos que acabam não se inserindo nas brincadeiras de forma espontânea (Professor 2).

Ao desenvolver o conceito de cooperação, a criança não vê mais o outro como um competidor, mas como alguém que compartilha dos mesmos objetivos para ganharem juntos, essa tomada de consciência permite a criança desenvolver afetos que antes estavam obscurecidos na dinâmica competitiva (Brotto, 2013). Para Piaget (2014), o valor dos sentimentos pressupõe condições básicas que irão intervir nos mecanismos cognitivos da criança.

Nosso quarto encontro teve como atividades o “Ajuda-Ajuda” e duas variações, sendo uma com deslocamento sentado e o “Ajuda-Ajuda Corrente”. As duas primeiras atividades consistem basicamente em pegar a criança e ela passar a ajudar, até que o último seja pego, passando a ser o novo pegador. Já o “Ajuda-Ajuda Corrente”, tem como dinâmica que, ao pegar uma criança, essa lhe dá a mão, formando uma corrente. A brin-

cadeira pode ou não ser feita com a música “*A corrente, pega gente, quem tem medo, sai da frente*”. Durante a roda de conversa inicial, notou-se uma participação argumentativa muito maior e o ordenamento ao se pedir a palavra, demonstrando crescente respeito pela fala dos demais.

O Professor 1 destacou que o comportamento das crianças ao longo dos dias também mudou, persistindo atitudes mais cooperativas e de respeito entre todos.

Os alunos compreendem-se sempre como parceiros, e nunca como adversários. Isso estimulou a participação de todos e o respeito às diferenças (Professor 1).

O desenvolvimento do respeito mútuo, por meio de uma proposta cooperativa, estabelece regras preestabelecidas por meio da reciprocidade, ou seja, a criança passa a considerar pontos de vista, sentimentos e desejos e seus companheiros (Vinha, 2000).

Utilizamos o “Jogo do Adivinha” para nosso quinto encontro. Essa atividade consiste em contar a história do Pinóquio e questionar quais foram os atos errados da personagem, argumentando a cada resposta. Após isso, utilizamos diversas imagens para que eles apontassem quais atitudes eram consideradas corretas e quais não. Nesse sentido, o Professor 2 traz um importante relato de uma mãe sobre a atitude de seu filho.

Uma mãe relatou na reunião que seu filho havia dito que era preciso comprar um estojo para sua escova de dentes, pois os professores estavam pedindo, logo em seguida ele desmentiu e disse que não eram os professores que estavam pedindo, mas, ele queria, pois tinha visto o de alguns amigos (Professor 2).

Lepre e Ferreira (2020) destacam que a mentira na fase da heteronomia é compreendida pela criança como algo errado, devido à repreensão dos adultos, entretanto, o reconhecimento da mentira, dar-se-á por meio das relações de cooperação. Isso reforça que um ambiente sociomoral, com uma proposta cooperativa intencional e sistematizada, favorece a descentração e a compreensão das regras sem ser por meio da coação.

Já com o “Jogo dos Iguais”, durante a roda de conversa, destacamos que embora sejamos diferentes em diversas coisas, todos nós temos sentimentos e emoções, o que difere é o que gera cada um deles. A partir disso, as crianças são dispostas uma ao lado da outra e a cada pergunta, se ela correlacionar como sim, dá um passo à frente, se ela achar que não, um passo atrás. Exemplificando: Pergunta-se, quem fica com saudade dos pais e/ou responsáveis enquanto está na escola?

Durante um questionamento do Professor 1, sobre qual seria a atitude a ser tomada quando se percebe um amigo triste, houve uníssono em dizer que deveria alegrá-lo, completando este questionamento, o Professor 2 perguntou como, nesse momento já houve um maior titubear, momento em que responderam que seria legal chamar para brincar.

Nesse sentido, um ambiente sociomoral, que permite que haja ações espontâneas das crianças, facilitará atitudes morais de solidariedade, cooperação e respeito (DeVries; Zan, 1998). Todavia, o titubear pode sugerir que não haja espaço para o agir espontâneo da criança, nem tampouco, intencionalidade pedagógica em oferecer tais momentos.

Quando um ambiente tende a ser coercitivo, há o fenômeno chamado desengajamento moral, na qual, quando uma atitude não moral é validada por uma pessoa de respeito, no caso, o professor, tende a ser aceito como verdade pelos alunos, ou seja, se não existe o exemplo, nem tampouco, momentos para exercer atitudes que coloquem o desenvolvimento moral à prova, a criança compreenderá que não é preciso ser respeitoso e solidário com o outro (Bandura; Azzi; Tognetta, 2015).

Em nosso último encontro, utilizamos o jogo “Casa/Terremoto”, que similar ao “Olha o Tubarão”, as crianças precisam se deslocar livremente quando ouvirem o comando Casa, já quando ouvirem o comando *Terremoto*, devem entrar em um bambolê. No mesmo sentido, remove-se um bambolê por rodada, até a necessidade de todos se organizarem para estar em um único bambolê.

Durante a roda de conversa, foi explicado que seria o último encontro, havendo muitas expressões de afetividade e pedidos de continuação.

Enquanto acontecia a atividade, as crianças sugeriram outras brincadeiras e pediram para se repetir outras que já foram feitas durante os encontros.

Destaca-se que o Professor 2, ao perceber um desentendimento, chamou as duas crianças no particular para resolver, permitindo que houvesse uma resolução a partir do diálogo, mediado por ele, sem o uso de coação. Mostrando que os professores também podem assumir um papel cooperativo, de respeito mútuo para com seus alunos.

Ambos os professores envolvidos destacaram importantes avanços no desenvolvimento moral das crianças:

Os alunos passam a observar a importância das resoluções de conflitos para uma convivência amigável. Houve diminuição de comportamentos como: enganar ou trapacear para tirar vantagem (Professor 1).

As crianças demonstram nesse momento, terem internalizado que o diálogo deve ser a primeira alternativa para se resolver conflitos, além de se preocuparem em sempre dizer a verdade, eles também estão demonstrando valorização à participatividade, ou seja, estão mais ativos durante as conversas e questionamentos, e ainda fazem questão de participar e se envolver de alguma forma até mesmo na montagem das atividades (Professor 2).

Tais avanços pautam-se na intencionalidade pedagógica promovida, reforçando o que DeVries e Zan (1998) e Piaget (1994) afirmaram o desenvolvimento moral da criança está pautado na qualidade das relações sociais que ela tem, dessa forma, o professor é responsável por tal construção de um ambiente sociomoral. É importante ressaltar que a moralidade não é desenvolvida por sermões e censuras, é acontece por meio dos exemplos e experiências no ambiente em que a criança está inserida (Vinha, 2000).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente capítulo trata-se de um relato de experiência com jogos cooperativos, promovido em uma escola municipal de educação infantil,

com crianças de 4 e 5 anos, a convite da direção da escola. Ocorreram sete encontros, ao longo de quatro semanas, nos quais, utilizamos jogos cooperativos retirados do *e-book Jogos Morais* (Benetti, 2023).

Ao longo dos encontros, foi possível constatar, através do relato dos professores, que as crianças passaram a ter comportamentos mais cooperativos, buscando soluções não violentas, bem como um aumento das expressões de afeto e respeito entre todos.

Os professores relataram também que houve relativa melhora no cotidiano escolar, como aumento das sugestões pelos alunos, reconhecimento de condutas consideradas inadequadas pela própria criança. Pode-se destacar as atitudes de afetividade entre as crianças e para com os professores.

Portanto, o presente relato corrobora com os dados encontrados por Benetti (2023), reforçando a importância de um ambiente sociomoral, pautado em uma proposta pedagógica intencional e sistematizada, através da cooperação. Bem como que, se não houver continuidade dessa intencionalidade, muito provavelmente, haverá reforço da heteronomia na criança, dificultando, assim, seu desenvolvimento moral em direção à autonomia.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. O ambiente escolar cooperativo e o desenvolvimento do juízo moral infantil. *In*: MACEDO, L. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 103-134.

BANDURA, A.; AZZI, R. G.; TOGNETTA, L. R. P. (org.). **Desengajamento moral: teoria e pesquisa a partir da Teoria Social Cognitiva**. Campinas: Mercado das Letras, 2015.

BENETTI, E. S. **Jogos cooperativos e a percepção da justiça retributiva em crianças da Educação Infantil**. Orientadora: Rita Melissa Lepre. 2023. 102 f. Dissertação (Mestrado em Docência para Educação Básica) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 2 mar. 2024.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. Santos: Projeto Cooperação, 1997.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos: Projeto Cooperação, 2013.

BUXARRAIS, M. R. **Educación en valores y democracia**. Ciudad del México: Instituto Nacional Electoral, 2020.

DEVRIES, R.; ZAN, B. **A ética na Educação Infantil**: o ambiente sociomoral na escola. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FRIEDMANN, A. **O brincar na Educação Infantil**: observação, adequação e inclusão. São Paulo: Moderna, 2012. (Cotidiano escolar: ação docente).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2000

LA TAILLE, Y. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LEPRE, R. M.; FERREIRA, P. E. A honestidade como valor moral: uma construção possível e necessária na escola. **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 27, p. 1565–1589, 2020. Número Especial. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/57452>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MACEDO, L. de. Os jogos e sua importância na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 12, n. 93, p. 5–11, dez. 1995. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/843>. Acesso em: 16 mar. 2024.

MAURÍCIO *et al.* Jogo de regras xadrez simplificado e o processo de tomada de consciência: o que revelam as condutas lúdicas das crianças? **Revista Schème**, Marília, v. 12, n. 2, p. 139-171, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/11381>. Acesso em: 5 mar. 2024.

NERVIS, J. J.; SILVA, F. O.; SANZOVO, D. T. O ambiente competitivo e a construção do conhecimento de frações no sexto ano. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 13, p. 1-6, jul. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.ccejerj.edu.br/artigos/19/13/o-ambiente-competitivo-e-a-construcao-do-conhecimento-de-fracoes-no-sexto-ano>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OLIVEIRA, F. N. de; GODOI, G. A.; SARAVALI, E. G.; ALEIXO, A. C. M.; MOURA, A. J. C. de. Moralidade, autonomia e justiça. **Educação em Análise**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 360–385, dez. 2022. DOI: 10.5433/1984-7939.2022v7n2p360. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/47479>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ORLICK, T. **Vencendo a competição**: como usar a cooperação. Tradução: Fernando José Martins. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1989.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. Public. orig. 1945.

PIAGET, J. **A Representação do mundo na criança**. Rio de Janeiro: Record, 2005. Public. orig. 1926.

PIAGET, J. **A tomada de consciência**. São Paulo: Melhoramentos; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Tradução: Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994. Public. orig. 1932.

PIAGET, J. **Relações entre a afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

PIAGET, J. **Sobre a Pedagogia**: textos inéditos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

TOGNETTA, L. R. P. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola**: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista. Campinas: Mercado das letras; São Paulo: Fapesp, 2003. (Coleção Educação e Psicologia em Debate).

SOMMERHALDER, A.; ALVES, F. D. **Jogo e a educação da infância**: muito prazer em aprender. Curitiba: CRV, 2011.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, 2009. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1981-416X2009000300009&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-416X2009000300009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 mar. 2024.

VINHA, T. P. **O educador e a moralidade infantil**: uma visão construtivista. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2000.